

## 8 - Elementos para uma avaliação das Incubadoras Universitárias de Cooperativas

Renato Dagnino

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

DAGNINO, R. Elementos para uma avaliação das Incubadoras Universitárias de Cooperativas. In: *Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, pp. 267-289. ISBN 978-85-7879-327-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

# 8

## Elementos para uma avaliação das Incubadoras Universitárias de Cooperativas

### Introdução

Uma das iniciativas mais importantes – e inovadoras em nível mundial – que vêm sendo implementadas na América Latina no campo da extensão universitária é a das incubadoras (tecnológicas) de cooperativas (populares) em universidades (na sua maioria, públicas) brasileiras. Os estudantes e, em menor medida, os professores, que por privilegiarem o potencial de contribuição da universidade à justiça social estão dispostos a colocar, em xeque, a sua ordem institucional (e este é o melhor conceito de esquerda que conheço), são os atores centrais desse processo.

Numa conversa que tive com o amigo Pinguelli, há bastante tempo, perguntando sobre como tinha ocorrido a criação da primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, durante a sua gestão na COPPE, ele me respondeu que como havia incubadoras para empresas privadas nas universidades – “para os ricos” – ele achou que era justo que houvesse também incubadoras “para os pobres”. “Então, em 1998, eu sugeri a criação de uma incubadora tecnológica de cooperativas e o Gonçalo topou...”

O resto da história, os leitores já sabem. Fruto dessa iniciativa precursora, e do apoio que a proposta de aproximar a comunidade universitária dos problemas que afligem as maiorias tem recebido, hoje existem mais de 100 arranjos institucionais que, organizando-se de forma variada, se situam no campo das incubadoras de cooperativas em universidades.

Passados 13 anos do início dessa trajetória, cujos êxitos também são conhecidos dos que me leem, parece conveniente aproveitar a efeméride para uma avaliação que permita orientar de maneira cada vez mais eficaz a energia que os estudantes e professores da universidade brasileira

(e também dos companheiros latino-americanos que nos acompanham nessa trajetória) têm despendido na materialização dos nossos objetivos.

A intenção deste texto é provocar uma reflexão no âmbito desses colegas que, mais além das organizações e arranjos institucionais que criam, estão (e continuarão caminhando) juntos porque se agrupam em torno de ideias e ideais como as que ele aborda.

Seu foco se restringe a uma das muitas direções que devem ser seguidas para realizar essa avaliação: a análise da adequação das incubadoras tecnológicas de cooperativas para alcançar os objetivos daqueles que com elas estão envolvidas. Há algum tempo, em função da crítica que, como analista da política de C&T latino-americana, venho fazendo às incubadoras de empresas, mostrando o quanto esses arranjos institucionais (assim como o dos parques e polos tecnológicos) são ineficazes para atingir seu “propósito declarado” – incubar empresas – eu vinha pensando acerca da adequação das incubadoras para a materialização dos objetivos de natureza política e ideológica dos seus partidários.

Provocou a elaboração deste texto a constatação que fiz num seminário sobre a economia solidária e as incubadoras em que participei junto com colegas latino-americanos do que poderia ser entendido como um paradoxo. Os países em que menos se avançou na sua criação são os que apresentam a maior quantidade de cursos de extensão e especialização, e de disciplinas regulares oferecidas nas universidades sobre o amplo espectro de temas relacionados à Economia Solidária e Tecnologia Social que os preocupam. Ficou patente, em particular, que no Brasil, onde mais se avançou em relação às incubadoras, eram proporcionalmente muito escassas as iniciativas levadas a cabo pelas universidades visando ao oferecimento de oportunidades de capacitação nesses temas para seus alunos e para o público em geral.

## Sobre a “inspiração” das incubadoras universitárias de cooperativas

Tomar como “inspiração” a incubadora de empresas, como fez o Pinguelli, para canalizar a energia dos professores e estudantes universitários que se alinham numa perspectiva crítica ao capitalismo, parece, para muita gente, acertado e natural. De fato, nunca vi a ideia “incubadora” ser questionada por eles.

Pelo contrário, e agora deixando de lado a questão da “inspiração” – ou da emulação do arranjo incubadora de empresas – cabe salientar que essa ideia é totalmente compatível com a concepção de extensão

universitária daqueles estudantes e professores. A qual, diga-se de passagem, ao concentrar-se naqueles segmentos excluídos que mais precisam adquirir consciência de sua condição de explorados e se organizar para seu enfrentamento, diferencia-se da concepção ainda majoritária no âmbito da esquerda. Concepção que se assemelha à de filantropia e de assistencialismo, que são as concepções que animam seus aliados não pertencentes ao campo da esquerda. E, é claro daquela – mais do que conservadora, reacionária – que entende a extensão como uma “prestação de serviço” às atividades empresariais.

Não pretendo detalhar aqui as observações que tenho feito ao traço comum que possuem essas três concepções (e especialmente, em função de minhas preferências às observações críticas, as duas primeiras) por elas proclamarem ser possível que um ator social (a universidade) possa “estender” a outros um conhecimento que ele produz sem a sua participação, ou sem sequer ter indagado, *a priori*, que tipo de conhecimento estes atores desejam. Como se o modelo simplista de “oferta e demanda” fizesse algum sentido para explicar e atuar sobre uma relação – a geração de conhecimento – que tem por objetivo a produção de um tipo de valor de uso (que tende a “adquirir” um caráter de mercadoria e adquirir um valor de troca) com características tão peculiares.

A argumentação – explícita ou implícita, ingênua ou hipócrita – desses estudantes e professores (e por consequência deles próprios quando veiculando o *ethos* da comunidade de pesquisa se tornam ou se travestem de gestores) é mais ou menos a que segue. Se as empresas precisam de incubadoras para absorver os resultados da pesquisa que se faz na universidade (e seus dirigentes, por um sentimento de culpa oriundo da liberdade que possuem para pesquisar o que desejam, ou para legitimá-la, pretendem, “estender”) e, assim, tornarem-se competitivas, por que, no caso das cooperativas, isto seria diferente? Sua sustentabilidade não seria também facilitada através do estreitamento do contato com a universidade que a incubadora de cooperativas propiciaria?

Apesar de natural, essa ideia e a “inspiração” que dela decorre são equivocadas. A de que as incubadoras universitárias de empresas têm contribuído (ou podem contribuir diretamente) como se pensa para a competitividade empresarial, em geral, e das empresas incubadas, em particular. Sobretudo se o objetivo é entendido no âmbito macro, de um país e, mais ainda, na perspectiva do interesse público, uma vez que, em geral, está-se envolvendo universidades públicas que recebem recursos públicos.

Como irei argumentar, nas duas seções que seguem, as ideias que fundamentam arranjos institucionais como as incubadoras de empresas, que

materializam a política de C&T latino-americana, originam-se ao longo de um complexo processo de coorganização – ou construção histórico-social – que ocorre, sobretudo, nos países de capitalismo avançado; e quando aqui chegam e são “transduzidos” já se encontram, como diria o jargão da abordagem sociotécnica, “estabilizados”. Irei também argumentar que essas ideias e arranjos não podem ser entendidos como equívocos ou como adaptações malfeitas – periféricas – de algo que lá, no capitalismo “de verdade”, usando novamente esse jargão “funcionam”: lá como aqui eles “funcionam” para atender os interesses dos atores dominantes. E, lá como aqui, eles se apoiam num naturalizado e, por isso, sólido conjunto de valores, crenças (ou mitos) que tenho denominado “concepção da Neutralidade e do Determinismo da Tecnociência”.

Assim, longe de considerá-los como frutos de uma visão equivocada, esses arranjos devem ser entendidos como resultado de dois movimentos. Um, ativo, impulsionado pelo segmento politicamente mais conservador da comunidade de pesquisa que tem sido assimilado pelo “alto clero da ciência dura”, visando a manipular a opinião pública para legitimar o papel hegemônico que aquela concepção lhe destina e, assim, manter seus privilégios. Outro, relativamente passivo, que anima o segmento de esquerda da comunidade de pesquisa e se contrapõe ao primeiro em vários aspectos. Mas com ele concorda e se subordina quando se trata de temas como esse, relacionados à política de C&T. Por aceitar o dogma do marxismo convencional de que o desenvolvimento das “forças produtivas” (ou da ciência e tecnologia, que dá quase no mesmo) por ser capaz de tensionar as relações sociais de produção, funciona como um motor da história. E por levar a modos de produção cada vez mais avançados (escravismo, feudalismo, capitalismo, socialismo e comunismo), deve ser sempre estimulado: devido ao seu “caráter neutro”, a tecnociência que hoje oprime amanhã permitirá a construção do socialismo...

## Sobre as incubadoras universitárias de empresas

Antes de tudo, e resumindo o que vai ser apresentado, cabe destacar a real finalidade das incubadoras de empresas. Embora frequentemente apareçam secundadas pelo qualificativo “de base tecnológica” – o qual cumpre a mesma função dos eufemismos “tecnologia de ponta” ou “alta”, como se houvesse uma “rombuda” ou “baixa” – elas não existem para incubar empresas. Ou porque sejam importantes para que as empresas a serem incubadas (na sua maioria *software houses* com menos de meia dúzia de profissionais universitários) possam através delas se aproveitar

dos resultados da pesquisa realizada na universidade. Muito menos da “tecnologia” que (alguns erradamente supõem) desenvolvem as universidades, uma vez que, na realidade, elas não produzem, como resultado de suas atividades de pesquisa, tecnologia.

Há que entender, então, que se essas incubadoras incubam algo, não são empresas, e sim profissionais – professores e estudantes universitários candidatos a se tornarem empresários – que, através desse arranjo institucional mantido pelas universidades e pelas agências de fomento à C&T buscam algum tipo de subsídio para se tornarem “empreendedores”. Isto é, entrar no (difícil, há que reconhecer) mundo dos negócios.

Está mais claro hoje do que há uma década (e para mais gente) que a empresa não se interessa e não precisa da pesquisa que se faz na universidade. Entre outras coisas porque a pesquisa que se faz na universidade não é a que a empresa precisa. Uma das justificativas que temos para afirmar isso é a observação do que ocorre nos países de capitalismo avançado, de onde emanam – “para o bem ou para o mal” – os exemplos e modelos (entre tantos outros, o das incubadoras) que há muito temos tentado emular na América Latina. Em particular, aqueles em que intervêm nas organizações (empresa, universidade, governo etc.) relacionadas à Política de C&T estadunidense.

Nos EUA, a empresa (que pode ser considerado o arquétipo a ser aqui emulado) gasta 99% dos recursos que destina à pesquisa dentro dela mesma. Ou seja, a parcela gasta por elas contratando projetos com as universidades e institutos de pesquisa, para que estes realizem pesquisa e produzam resultados que interessem a elas, é de apenas 1%. Algo semelhante ocorre também em outros países de capitalismo avançado em que as empresas são competitivas e fazem pesquisa (na verdade, hoje, no mundo, 70% dos recursos aplicados em pesquisa são gastos em empresas).

Não existem dados consolidados dessa natureza para o Brasil, mas a evidência mostrada pelas sucessivas pesquisas de inovação publicadas desde 2000 pelo IBGE – as PINTECs – indicam um quadro acerca da pouca importância da pesquisa da universidade para as empresas em tudo semelhante.

Na realidade, o que interessa às empresas dos países avançados, e o que as torna competitivas, não é o conhecimento desincorporado resultante da pesquisa realizada na universidade e sim o incorporado em profissionais que ela forma através da pesquisa que realiza. Prova disso, é que, nos EUA, apesar do pouco interesse das empresas na pesquisa feita na universidade, quase 70% dos mestres e doutores formados, a cada ano, em “ciências duras” vão para a empresa fazer pesquisa.

## A construção histórico-social do “inovacionismo” e a naturalização da ideia de incubadora de empresas

Nesta seção, de forma precária (e preliminar, uma vez que pretendo desenvolver o assunto em outro trabalho), coloco algumas elucubrações acerca de um aspecto que parece fundamental para entender as direções de avaliação das incubadoras de cooperativas que estou sugerindo.

Há centenas de anos, a universidade forma os filhos da classe dominante capacitando-os profissionalmente para gerir de maneira eficiente os seus negócios. Já há bastante tempo, tanto os proprietários das empresas quanto os seus prepostos (os engenheiros, administradores etc.) vêm recebendo na universidade o conhecimento necessário para tanto. E, a partir do início do século passado, com as mudanças então em curso no capitalismo, algum conhecimento passou a ter que ser absorvido pela empresa através da via da pesquisa. E algumas habilidades até então pouco tratadas na universidade passaram a ter que ser também adquiridas por essa via.

A “história oficial” de que as incubadoras de empresas (e dos parques e polos de tecnologia) teriam surgido como uma emulação de experiências “casuais” que “deram certo” como as do Silicon Valley, da Rota 128 etc., é pouco provável. Muito mais plausível é a interpretação de que a partir da década de 1970, as mudanças em curso na forma capitalista de produzir estivessem a demandar dos egressos das universidades um tipo de capacitação que elas não lhes estavam proporcionando. Assim, aquilo que viria a ser conhecido como “empreendedorismo”, e que exigia algo mais do que aquele procedimento convencional de absorver “pela via da pesquisa” as habilidades para a reprodução do capital no seio das empresas, passou a ser ensinado nas universidades.

Se isso é assim, o arranjo institucional incubadoras de empresas proposto pela política de C&T e de ensino superior dos países de capitalismo avançado seria resultante da percepção de que não bastava, para assegurar a competitividade das suas empresas, que os profissionais graduados e pós-graduados nas universidades, e que ali aprendiam a pesquisar, fixassem-se nos centros de P&D empresariais. Era necessária a formação de uma elite dentro da elite, que fosse portadora de uma habilidade empreendedora até então pouco percebida como importante e passível de ser oferecida pela universidade. Um tipo de profissional que fosse capaz de empreender empresas de novo tipo – as “empresas de base tecnológica” – e, ao mesmo tempo, de contaminar, com a lógica que as caracteriza e diferencia, os tecidos empresariais em processo de anquilosamento como o estadunidense.

Até os anos de 1970, pensava-se que o sucesso das empresas dependia de sua capacidade de incorporar resultados da P&D que realizava aos seus produtos e processos, e o conceito de inovação estava estreitamente ligado a esta capacidade. Em consequência, as políticas públicas tinham como foco o estímulo à P&D empresarial e a formação de profissionais capazes de levar a cabo esta atividade. A partir de então, passou-se a entender o conceito de inovação como dependente, vale a redundância, da “capacidade de inovar”. Isto é, de realizar um conjunto de atividades que, embora seguisse incluindo a P&D, dependia da aquisição de máquinas e equipamentos, da organização da força de trabalho, das técnicas de gestão, do marketing etc. E que todo esse conjunto deveria ser subsidiado mediante políticas públicas orientadas às empresas e, no âmbito da universidade, entendido como um “pacote”, que tinha como eixos o empreendedorismo e o “inovacionismo” a ser oferecido aos professores e ensinado aos estudantes.

O fato de que os partidários das incubadoras de empresas tenham sempre tentado justificar o gasto público que por intermédio da PCT foi (e continua sendo) canalizado para a sua instalação e manutenção, através dos impactos no nível de emprego e de atividade econômica, no desenvolvimento tecnológico etc., das empresas incubadas, nunca chegou a iludir aqueles que conhecem a dinâmica da relação Ciência-Tecnologia-Sociedade. Embora eu tenha escrito artigos e orientado trabalhos de mestrado e doutorado mostrando, inclusive, com apoio em evidência empírica e informação quantitativa sobre os recursos públicos dedicados à criação e manutenção das incubadoras de empresas, que eles eram desproporcionais ao resultado obtido em termos do número e do impacto econômico-social ou tecnológico das empresas geradas, este procedimento foi sempre mais de caráter tático do que estratégico. Mais uma crítica interna, que partia de uma aceitação dos argumentos apresentados pelos partidários das incubadoras de empresas do que por uma crítica externa que os questionasse liminarmente.

Lançando mão novamente do arriscado procedimento de adivinhar intenções, diria que é pouco plausível que esses partidários, muito bem familiarizados com essa dinâmica, acreditassem, de fato, que as incubadoras de empresas pudessem vir a produzir tais impactos. Seu discurso, que tenta legitimar a sua ação e manter o aporte de recursos públicos apresentando informação, inclusive quantitativa, sobre os êxitos alcançados, é tão frágil que é difícil acreditar que tenha sido ele o responsável pela manutenção deste aporte.



É muito mais provável que a intenção desses partidários fosse de fato proporcionar aos futuros líderes empresariais, através de sua capacitação nas incubadoras, um tipo de habilidade que a universidade não era capaz de oferecer. Dessa forma, as incubadoras estariam, independentemente do seu êxito ou fracasso no processo de incubação de empresas, contribuindo para a dispersão, no âmbito dos atores presentes no mundo empresarial, daquelas habilidades que este estava passando a lhes demandar. E, ainda mais importante e realista, contribuindo para disseminar a ideologia do “inovacionismo”; um dos componentes mais poderosos do arsenal usado pelos partidários do neoliberalismo para introduzir sua racionalidade produtivista e cientificista na universidade.

Ou, num nível ainda mais estrutural, contribuindo para legitimar e naturalizar ainda mais, no âmbito do *ethos* da universidade (em geral, pública) a ideia de que estudantes e professores devem empenhar-se para que as empresas (e seus proprietários) obtenham sucesso em seu objetivo de privatizar o excedente socialmente gerado. O que tende a fazer com que, queiram ou não, se agrave ainda mais a concentração de renda numa região que já é a mais desigual do mundo.

### Algumas evidências da construção do “inovacionismo”

Nesta seção, que pode eventualmente ser “pulada” pelos que consideram justificado o procedimento de adivinhar intenções a que fiz referência, ou que já conhecem evidências a respeito da construção histórico-social do “inovacionismo” e a naturalização da ideia de incubadora de empresas, vou citar algumas das muitas declarações de importantes personagens do cenário da política de C&T nacional que a ilustram.

A primeira é a matéria publicada no *JC e-mail* 4082, de 25/08/10, “Cientistas esperam que próximo presidente resolva gargalo da inovação tecnológica”, que passo a comentar citando entre aspas alguns de seus trechos.

Já ao apontar no seu subtítulo que a “Interação entre universidades e empresas deve ser estimulada” e, em seguida, que o “gargalo no setor de ciência e tecnologia” se deve a que “poucos experimentos conseguem sair dos laboratórios e chegar ao setor privado”, a matéria se posiciona claramente no sentido do que estou querendo ressaltar. Na pessoa do seu presidente – Marco Antonio Raupp – a SBPC, que congrega mais de dois mil pesquisadores, professores e estudantes e que foi um baluarte na defesa dos direitos de cidadania usurpados pelo governo militar, que aprofundou a exclusão social que até hoje amargamos, parecia estar agora

defendendo outros direitos. Isto é, os direitos do “setor privado” de utilizar o potencial de pesquisa das “universidades federais e estaduais (que são as principais produtoras de pesquisa no país” – públicas, como se sabe – em seu próprio (e privado) benefício.

A ênfase nesse “gargalo” se deve a uma ideia de senso-comum a que já fiz referência e que fundamenta os argumentos que aqui se questiona. Ou seja, a de que o conhecimento produzido nas universidades e institutos de pesquisa públicos, para beneficiar a sociedade e atender aos direitos dos cidadãos, tem que passar, antes, pela empresa privada. Ideia essa que parece decorrer de uma visão equivocada da história e a um desconhecimento da realidade social e econômica do país.

Partilhando dessa visão, outras duas importantes personagens são citadas na matéria. O presidente da Academia Brasileira de Ciências – Jacob Palis – que “defende mais incentivos fiscais para estimular a inovação dentro das fábricas” e que diz que “é preciso facilitar a participação do pesquisador nos programas de desenvolvimento de pesquisas no setor privado”. E o vice-presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras – Guilherme Marco de Lima, que defende os projetos de parcerias, a longo prazo, e reclama que os atuais mecanismos de financiamento para a inovação não acompanham o ritmo do processo da iniciativa privada.

A segunda matéria, publicada na *Folha de S. Paulo* de 28/07/10, é o artigo “Recursos privados favorecem universidade”, de Rogério Meneghini. Dele, destaco duas frases que falam por si. A primeira é “(...) as empresas estão investindo recursos para que setores específicos das universidades e institutos desenvolvam pesquisa de interesse recíproco e formem recursos humanos para seus próprios quadros. Como negar que este é outro papel social importante da universidade?”. A segunda: “(...) a parceria com empresas (...) se dá a partir do interesse recíproco de um pesquisador e de uma empresa; a meta principal é criar tecnologia de ponta.”

A terceira matéria, publicada em *O Estado de S. Paulo*, 19/12/2010 com o título de “Ciência no setor privado ainda frustra”, é uma entrevista com Carlos Henrique de Brito Cruz, diretor-científico da FAPESP. Dela, resalto dois trechos. O primeiro é o em que ele, percebendo o que tenho chamado de “fetichização” dos indicadores relativos às patentes universitárias, aponta acertadamente que o fato delas serem no Brasil 59% do total (enquanto que nos EUA representam cerca de 3%) não deve ser tomado como um indício de que elas poderiam melhorar o desempenho inovativo do país, afirma que “(...) o valor de um escritório de

patentes dentro da universidade não está em gerar mais dinheiro do que despesas. Assim como o valor de formar estudantes não está em ganhar mais dinheiro do que o investido na sua formação. A patente licenciada aumenta a capacidade da universidade difundir conhecimento, sua principal missão.”

O segundo trecho é aquele em que face à pergunta “Quais os principais desafios para a ciência no Brasil?”, ele respondeu: “intensificar as atividades de pesquisa e desenvolvimento nas empresas, disseminar a atividade de pesquisa acadêmica(...) e criar no Brasil instituições acadêmicas muito competitivas internacionalmente, que sejam ranqueadas entre as cem melhores do mundo”.

A quarta matéria, que parece aceitar a deixa da anterior é uma entrevista publicada em 12/04/11 na Folha de S. Paulo com o título “MEC faz plano para ajudar país a subir em *rankings*”. Reproduzo abaixo um longo trecho que mostra até que grau de irracionalidade pode levar a “fetichização” dos indicadores.

Para que as universidades brasileiras passem a frequentar mais e melhor os *rankings* internacionais de qualidade, o Ministério da Educação está preparando um plano para aumentar a quantidade de publicação de brasileiros em meios científicos. ‘Estamos terminando um estudo aprofundado dos rankings para potencializar a participação das federais brasileiras’, diz Luiz Cláudio Costa, secretário de Educação Superior do ministério. A intenção do MEC é começar o projeto com as universidades federais mais reconhecidas, com os cursos mais tradicionais de graduação e pós, injetando recursos específicos para pesquisa. ‘Vamos fomentar a publicação e a citação. Citação se faz por meio de intercâmbio de acadêmicos e estudantes, incentivando trabalhos conjuntos com universidades internacionais’, afirma ele.

Encerrando no mesmo tom, ele afirma, “Os *rankings* têm muitos questionamentos, mas as universidades mais bem avaliadas são as que mais contribuem para o avanço da humanidade”.

A quinta e última é outra entrevista publicada em 29/05/11 no *Jornal da USP* com o título “Oportunidade para inventores”. Ela trata da Olimpíada USP de Inovação, “que pretende estimular novas ideias e contribuir para fortalecer a “cultura da inovação” na Universidade”. O

entrevistado é o professor Vanderlei Bagnato, coordenador da Agência USP de Inovação criada em 2005, que “atua principalmente apoiando pesquisas realizadas na Universidade, de modo a incentivar a inovação desde os primeiros anos da graduação”. Nela, ele fala de seu objetivo de “(...) mostrar como a inovação é benéfica para a USP e para a sociedade paulista e brasileira”. Apoiando-se num idílico conceito de inovação (“é o ato da criatividade humana para resolver um problema concreto”), ele aponta a importância da transferência do que é estudado na pesquisa para a efetiva viabilidade mercadológica. E, o que é mais significativo, sustenta que “Quem inova na pesquisa já pensa em necessidades do mercado, de modo geral. Essa ideia deve ser expandida, pois os benefícios não são exclusivos das empresas produtoras. É um lucro (*sic!*) do Estado e da sociedade”.

A matéria segue com o depoimento de um aluno que recebeu o prêmio das Olimpíadas pelo desenvolvimento de um dentífrico, que é especialmente esclarecedor para o objetivo desta seção:

O mais interessante da competição não é o prêmio, é sua capacidade de fazer as pessoas pensarem de modo diferente, com empreendedorismo. A USP já é muito forte na pesquisa, falta desenvolver nos alunos maturidade em negócios.

Depois de afirmar que “É exatamente esse espírito criativo que a competição e a Agência USP de Inovação procuram fomentar”, a matéria cita o responsável pela agência: “O inovador não nasce pronto. A inovação pode ter a ver com características pessoais, mas, no geral, as pessoas são treinadas para se tornarem inovadoras e criativas”. O qual, referindo-se a sua atividade conclui: “Somente quando isso for consolidado e virar corriqueiro, aí sim podemos esperar uma explosão de ações que resultarão em novos produtos, em inovação tecnológica.”

## Sobre a adequação das incubadoras universitárias de cooperativas aos objetivos dos seus partidários

Não me surpreenderia ou preocuparia o fato de que uma análise como a que fizemos para as incubadoras de empresas em artigos e trabalhos de mestrado e doutorado viesse a mostrar um resultado semelhante no caso das incubadoras tecnológicas de cooperativas. Ou seja, que o esforço dedicado à criação e manutenção das incubadoras de cooperativas seja desproporcional ao resultado obtido em termos, por exemplo,

do número de cooperativas incubadas ou do impacto econômico e social gerado.

Em especial, porque nesse último caso, além de ter um sentido bastante distinto, a avaliação não teria um caráter tático e sim estratégico. Não estaria centrada num critério de benefício x custo e sim num de custo de oportunidade. Ou seja, na comparação entre a aderência, aos interesses do agente que possui um dado recurso escasso, dos resultados (estimados) que poderiam ser obtidos mediante a sua aplicação a diferentes atividades (ou projetos). Ou na avaliação do custo que incorre o agente ao não aplicar o recurso em outra atividade. No caso, no custo de aplicar um recurso muito escasso – a energia de estudantes e professores que possuem um “grau de rejeição aos valores capitalistas” suficiente para dedicar seu esforço às incubadoras – na sua criação e manutenção, quando comparado com o que este recurso poderia produzir se fosse aplicado na consecução de outras atividades.

Não é minha intenção realizar aqui tal avaliação. Vou, apenas, mantendo um procedimento comparativo entre os dois tipos de incubadoras, colocar alguns aspectos relativos ao custo de oportunidade associado às incubadoras de cooperativas que poderiam ser úteis nesse sentido. Isso é feito tendo em vista o contexto da extensão universitária onde ela se deve situar.

O primeiro aspecto tem a ver com o espaço onde surgem as incubadoras de cooperativas. Ao contrário do que ocorre em relação às incubadoras de empresas, as de cooperativas surgem num espaço claramente adverso. Isto é, em organizações (universidades) que estão, há centenas de anos, capacitando profissionais, mediante atividades convencionais de ensino e pesquisa, para atuar nos arranjos produtivos que elas privilegiam. Ou seja, as empresas.

Para mostrar como a situação que existe em relação às incubadoras de cooperativas pode ajudar a proposição de pensadores marxistas de que a universidade, por integrar a superestrutura político-ideológica do Estado capitalista destinada a garantir a reprodução do capital, vai tender invariavelmente a enviar os processos cognitivos nesta direção. Mas bastaria olhar os currículos e as agendas de pesquisa da universidade, principalmente dos cursos de ciências duras (Engenharia etc.) e de Administração (no qual se forma a maioria dos estudantes universitários brasileiros) para chegar à mesma conclusão.

Isso significa dizer que, enquanto no primeiro caso, as habilidades a serem exercitadas pelos estudantes (e professores) universitários são um adicional semeado num solo culturalmente fértil e adubado por aquela

capacitação profissional, no segundo, a práxis em que eles se envolvem não conta com um substrato cultural e, muito menos, cognitivo apropriado. Pelo contrário, aquele existente tende a rejeitá-la ou, quando menos, a dificultá-la.

Não é segredo o que dizem muitos dos envolvidos com as incubadoras de cooperativas sobre sua ignorância, só contrabalançada pela sua enorme dedicação e vontade de aprender, acerca do como podem se adaptar às situações que os processos de incubação lhes colocam. Em particular, e isto eu posso afirmar com algum “conhecimento de causa” em relação ao campo da Tecnologia Social em que atuo. O desenvolvimento, em conjunto com os cooperados e aproveitando o conhecimento que possuem, de formas de produção (ou tecnologias) capazes de alcançar o objetivo de sustentabilidade – econômica, cultural, social e ambiental – dos empreendimentos econômicos solidários, é quase uma quimera.

O segundo aspecto que pode ser útil para uma avaliação da adequação ou efetividade das incubadoras de cooperativas é o referente ao “propósito declarado” das incubadoras de empresas: transferir para o ambiente empresarial o resultado da pesquisa (ou o que alguns entendem erradamente como “a tecnologia”) realizada na universidade. Não parece plausível a ideia de que uma organização que, há tanto tempo, vem se dedicando a produzir e difundir conhecimentos alinhados com o interesse da empresa privada, possa ter o resultado de sua pesquisa aproveitado para um tipo de arranjo produtivo – os empreendimentos solidários – com modo de funcionamento, interesses e valores tão distintos. Essa escassa plausibilidade se transformaria numa virtual impossibilidade quando se retoma os argumentos que negam a concepção da Neutralidade e do Determinismo da tecnociência. Segundo eles, esses conhecimentos, por estarem impregnados com os valores e os interesses do capital, não poderiam ser usados para implementar os de um outro projeto político (e favorecer arranjos econômico-produtivos a ele correspondentes) sem sofrer um processo de reprojeto; o que tenho chamado de Adequação Sociotécnica.

O que tende a acontecer, em função do que tratam esses dois aspectos, é que as incubadoras de cooperativas, muito mais do que as de empresas, têm sido levadas a assumir um papel de capacitação dos estudantes. São elas que, no intuito de oferecer-lhes a oportunidade de adquirir conhecimentos e habilidades que a universidade não lhes proporciona e não está capacitada a fazê-la, assumem este papel. Com o agravante de que, ao contrário das incubadoras de empresas, as de cooperativas, vale reiterar,

não contam com o conhecimento que vem sendo desenvolvido, há centenas de anos, pela universidade e que é proporcionado e acumulado pelos estudantes durante seus cursos para prepará-los para se desempenhar em empresas.

Assim, devido a essa situação, a experiência das incubadoras (tecnológicas) de cooperativas tem mostrado que sua principal função não tem sido incubar cooperativas proporcionando a elas “tecnologias” desenvolvidas na universidade. E não por “culpa” delas. Quem, conhecendo a experiência das incubadoras de empresas, lida com a temática que tem sido enfeixada sob o nome de Tecnologia Social, sabe bem o quanto é difícil desenvolver tecnologias em conjunto com as pessoas que vão usá-las de modo autogestionário, autônomo, solidário, com meios de produção de propriedade coletiva, para independizarem-se do controle dos proprietários dos meios de produção e do mercado, e para criarem suas próprias oportunidades de trabalho e renda de forma independente do setor formal da economia. E o quão irrealista é o objetivo de pretender que algo que nunca foi sequer tentado sistematicamente em outros países e situações possa ocorrer, como norma, nas incubadoras de cooperativas brasileiras.

Sua função mais importante não têm sido sequer capacitar (ou formar) os cooperados ou as pessoas que, espera-se, venham a criar as cooperativas. O principal resultado do seu trabalho tem sido formar os próprios estudantes da universidade, em conteúdos que esta, por razões aqui lembradas, não trata. E que eles, atraídos, por um apelo ideológico ou qualquer outro motivo, pela imagem que a incubadora possui, estão motivados a adquirir. Adiciona-se a isso o fato contraditório, determinado pelas características do problema, de que em função da dificuldade de criação e manutenção das cooperativas que começam a ser incubadas, esses estudantes, embora estejam familiarizados com esta atividade, passam pouco tempo tentando fazê-la. Eles terminam indo atuar profissionalmente em ONGs, órgãos públicos ou empresas que atuam com “responsabilidade social empresarial”, em áreas relacionadas à temática da inclusão social.

A tarefa de capacitação dos estudantes exercida pelas incubadoras está longe de ser irrelevante ou fácil. Pelo contrário, preencher aquele hiato é uma tarefa de enormes proporções. Hiato que, especialmente no caso da universidade pública, se ela fosse efetivamente plural e se estivesse a serviço do conjunto da população ou dos que de fato a mantêm com o imposto que pagam, deveria ser entendido como uma de suas principais deficiências.

O que se quer salientar é que manter a expectativa de que as incubadoras de cooperativas possam dar conta desse desafio, sem falar dos que são vistos como sua real atribuição, mas se encontram ainda mais distantes do espaço hoje coberto pela sua atuação – incubação de cooperativas – é, por um lado, uma ingenuidade. Por outro, como frequentemente ocorre em situações desse tipo em que um recurso escasso e precioso – a energia de estudantes e professores que possuem um “grau de rejeição aos valores capitalistas” suficiente para dedicar seu esforço às incubadoras – é empregado sem uma visão estratégica, essa expectativa e as ações que dela decorrem podem ser contraproducentes.

### Mais alguns elementos de avaliação

O que chamei acima de visão estratégica é algo que demanda uma análise por parte das incubadoras universitárias de cooperativas ao realizarem uma avaliação como aquela para a qual este livro pretende colaborar. E é com essa intenção que adentro agora a um território normativo. Formularei mais algumas ideias visando a contribuir para a reorientação das atividades que têm sido desenvolvidas em torno das incubadoras de cooperativas num sentido coerente com o que se sugere ao longo deste texto.

Essas ideias e proposições se relacionam estreitamente ao que aludi, no começo deste texto, acerca da constatação de que os países da América Latina em que menos se avançou na criação de incubadora de cooperativas são os que apresentam a maior quantidade de cursos de extensão e especialização, e de disciplinas regulares oferecidas nas universidades sobre temas relacionados à Economia Solidária e Tecnologia Social. E que, no Brasil, onde mais se avançou em relação a elas, era proporcionalmente muito escassa a experiência das universidades no oferecimento de oportunidades para seus alunos e para o público em geral de atividades de capacitação nesses temas.

Antes de seguir argumentando no sentido de que essas atividades sejam priorizadas pelos partidários das incubadoras de cooperativas, ressalto que o raciocínio que vem sendo desenvolvido aqui, quando enfrentado a essa constatação, coloca algumas perguntas acerca dessas incubadoras.

Primeira: (a) dado que sua atividade principal é a capacitação de um número muito menor do que aquele que a universidade, sobretudo a pública, deveria formar nos temas que elas tratam; (b) dado que o número de estudantes e professores engajados com as incubadoras é claramente insuficiente para levar a bom termo esta capacitação com a qualidade



e quantidade adequadas; (c) dado que a capacidade que eles possuem para mobilizar a universidade e arregimentar apoios externos junto a movimentos sociais, ao governo etc., no sentido de fazê-la atender a essa demanda por capacitação talvez possa ser melhor aproveitada; não seria necessário canalizar prioritariamente a sua energia, hoje despendida somente para manter as incubadoras em funcionamento, para esta última atividade?

Enquanto a primeira pergunta trata daquilo que tem sido a atividade principal das incubadoras, a segunda aborda seu “propósito declarado”, ou seja, incubar cooperativas dotando-as de conhecimento tecnológico desenvolvido na universidade capaz de garantir a sua sustentabilidade. Assim: (a) dado que a quantidade de estudantes e professores engajados com as incubadoras é claramente insuficiente para elevar o número muito pequeno de pessoas que participam em empreendimentos solidários que neles poderiam encontrar uma alternativa de trabalho e renda que as empresas dificilmente poderão proporcionar – mediante a uma incubação que assegurasse sua “sustentabilidade tecnológica”; (b) dado que essa tarefa demanda profissionais (especialmente, professores) de um tipo que não é o daqueles que costumam se envolver com as incubadoras de cooperativas; (c) dado que o desenvolvimento do tipo de tecnologia que se está tratando, além de contrariar a “lógica” de funcionamento da universidade e da própria tecnociência, demanda conhecimentos que só poderão ser gerados caso os professores e estudantes – principalmente os das “ciências duras” – sejam “seduzidos” pelos valores e interesses da Economia Solidária que os partidários das incubadoras promovem; (d) dado que sua capacidade para mobilizar a universidade e arregimentar apoios externos junto a movimentos sociais, ao governo etc., no sentido de tornar atrativo para esses professores e estudantes o desenvolvimento de Tecnologia Social; não seria mais efetivo canalizar a energia, hoje despendida para manter as incubadoras em funcionamento, para viabilizar atividades de pesquisa e ensino desta natureza?

O que se quer não é negar que isso de alguma maneira esteja sendo feito e que se estejam obtendo bons resultados dentro da universidade. Mas, sim, apontar que aquilo que se está alcançando é menos do que se poderia obter com a energia das pessoas (estudantes, professores etc.) envolvidas, no âmbito de instituições públicas – de ensino, pesquisa e planejamento e fomento à C&T – que possuem, provavelmente, o maior grau de autonomia relativa no interior do Estado capitalista.

Tampouco se quer atribuir essa situação a um desinteresse ou apatia dos militantes da esquerda universitária. De fato, talvez devido ao seu

perfil, muitos deles, que como se escreveu acima possuem um alto “grau de rejeição aos valores capitalistas”, estejam orientando sua energia em outras direções. Um exemplo disso são as dezenas de trabalhos acadêmicos (inclusive de pós-graduação) sobre o tema da Economia Solidária, da Tecnologia Social, da autogestão, das metodologias de incubação etc. Outro são os mais de cinquenta cursos que estão sendo criados para atender ao MST, como o de Direito na Universidade Federal de Goiás, de Veterinária na de Pelotas, de Pedagogia na UFSCar. Eles respondem a uma demanda forte e concentrada com elevado potencial político de mobilização e conformação da agenda da esquerda universitária.

É verdade que não existe nada com intensidade semelhante a esse “mercado político” no campo que se está abordando neste texto. Não existe um “mercado econômico”, algo capaz de enfeixar os interesses dispersos que, embora politicamente muito menos poderosos, se expressam com importância crescente no campo da Economia Solidária e dos inúmeros empreendimentos solidários que estão brotando no Brasil.

O que se quer é chamar a atenção para esse “mercado econômico”. Salientar que ele deve ser alvo das ações de capacitação (formal e via cursos de extensão e especialização) e de desenvolvimento de Tecnologia Social que terão que ser realizadas pela universidade. Que ele possui um potencial capaz de gerar inclusão socioeconômica, inclusive, no espaço urbano das nossas crescentemente excludentes metrópoles. Que embora ainda pouco visível, ele merece urgentemente uma maior atenção daqueles que possuem um alto “grau de rejeição aos valores capitalistas”.

Para se ter uma ideia do tamanho desse “mercado econômico” em termos de pessoas, basta lembrar que dos 160 milhões de brasileiros em idade de trabalhar menos de 50 possuem um emprego formal. E que, como os empreendimentos solidários agrupam somente 2 milhões de pessoas, são cerca de 100 milhões os “candidatos” a integrar a Economia Solidária. Seu potencial de crescimento pode também ser avaliado pelo volume de produção que pode derivar do trabalho desses 100 milhões para proporcionar bens e serviços, e oportunidade de trabalho e renda para este contingente, sem o custoso “vazamento”, sob a forma de lucro empresarial (e outros fluxos de recurso menos legítimos), que implica a intermediação das empresas.

Ele pode também ser avaliado tendo em vista o montante que o Estado aloca hoje junto a empresas – 25 % do PIB dos 40% que ele arrecada – para comprar os bens e serviços que são por ele fornecidos a todos os cidadãos mediante a implementação das políticas públicas. Bens e serviços que, como aqueles necessários para a “autoprodução” e o

autoconsumo dos recém-incluídos pelos programas compensatórios que podem trabalhar nos empreendimentos solidários, poderão ser crescentemente proporcionados por eles sem que, para isto, o Estado tenha que recorrer às empresas. Há que lembrar a esse respeito que seguir alimentando os “vazamentos” – ilegais ou garantidos em lei – que as empresas produzem e esterilizam parte do gasto crescente que o Estado vem alocando a programas sociais, de inclusão produtiva etc.

## Sintetizando e concluindo

A tarefa associada à capacitação de profissionais universitários e à produção de Tecnologia Social para levar a cabo a inclusão social é imensa. Sobretudo quando atenta para a situação de descenso que ainda se observa na universidade derivada das questões “estruturais”, ligadas à concepção da Neutralidade e do Determinismo da Tecnociência, e conjunturais, associadas ao *momentum* que adquiriram em seu âmbito as ideias neoliberais.

Sem entrar nessas questões, e retomando o que tenho colocado, lembro que sua consecução não depende, apenas, como se tem procurado mostrar, da vontade dos estudantes e professores. É necessário que se crie, aproveitando a parcela de poder político que hoje possui a esquerda no âmbito do Estado – capitalista – brasileiro, e atuando em sintonia e com o protagonismo dos movimentos sociais, um “mercado econômico” para esses profissionais e para essas tecnologias. Mas como fazer isso? Dedico a última parte deste texto a avançar possíveis respostas a essa pergunta.

Para isso, o exemplo do que se tem feito em relação às empresas é, novamente, interessante. Depois de experimentar vários mecanismos e arranjos visando à vinculação da universidade com a empresa (entendida esta como a conexão entre a capacidade de pesquisa e a necessidade de aplicar seus resultados), que foram dos Institutos de Pesquisa Tecnológica às incubadoras de empresas, os fazedores da PCT brasileira hoje abordam este objetivo de uma forma nova, bem mais coerente com seu objetivo de estimular a empresa a realizar P&D. Ou, mais precisamente, de maximizar os indicadores (pois é isto que seu enfoque míope efetivamente persegue) a ele associados.

Ela decorre de três percepções. A de que quem pode fazer P&D nas empresas de maneira sistemática e produtiva que vá mais além da engenharia de produto que corresponde a maior parte da que se faz hoje no país, são os pós-graduados formados na universidade. A de que o

crescimento da quantidade de mestres e doutores que o *momentum* adquirido pelo sistema de pós-graduação vem formando dificilmente poderia ser contido (supondo que se desejasse fazê-lo) sem gerar conflitos fratricidas. E, finalmente, a percepção de que as empresas brasileiras, por pautarem sua conduta pela norma de que “em qualquer lugar e tempo, as empresas farão três bons negócios com tecnologia: roubar, copiar e comprar...; e nenhuma delas irá desenvolver tecnologia se puder realizar um dos outros três”, e por se situarem numa sociedade periférica com uma ancestral dependência cultural, têm baixa propensão a inovar dado que pode assegurar suas elevadas taxas de lucro por outras vias (e quando o faz, não é fazendo P&D).

Os fazedores da PCT, em função disso, pretendem maximizar aqueles indicadores mediante uma medida de política que coloque mestres e doutores à disposição das empresas dispostas a recebê-los. Ou seja, financiando a fundo perdido a atuação desses profissionais nas empresas, à semelhança do que já ocorre através de bolsas fornecidas a graduados para que atuem em empresas. O impacto desses profissionais capacitados a pesquisar e com vontade de fazê-lo, apesar dos fatores estruturais que aponte, tenderá a ser a melhoria pretendida daqueles indicadores. De fato, é provável que essas pessoas passem a produzir situações em que os empresários, mesmo que pouco propensos a pesquisar, sejam estimulados, coisa que elas mesmas sabem e podem fazer, a trazer para dentro das empresas os crescentes recursos que vêm sendo disponibilizados para P&D. É, por isso, provável que as empresas inovadoras brasileiras, das quais apenas 11% recorrem a recursos públicos para P&D (proporção que é uma das mais baixas do mundo), passem a buscá-los. E que esses profissionais passem a estabelecer com universidades, institutos de pesquisa e outras empresas uma rede de atores capaz de elevar os indicadores de P&D no cenário empresarial.

Voltando ao campo das incubadoras universitárias de cooperativas e da Economia Solidária, tratarei agora da medida de política correspondente àquela recém-comentada. Ela consiste na criação de mecanismos institucionais que deem conta do fato de que não é realista supor que estudantes que cursam uma Universidade alimentando uma perspectiva de ganhar depois de graduados ou pós-graduados um salário de, por exemplo, dez salários mínimos, como engenheiros ou administradores de empresa, disponham-se a trabalhar numa cooperativa gratuitamente. Esses mecanismos permitirão fixar nos empreendimentos solidários, com a intermediação das incubadoras de cooperativas, professores, pesquisadores, doutores, mestres, graduados e estudantes de pós-graduação e

graduação, mediante a sua remuneração com fundos públicos, tal como já ocorre no caso das empresas.

Esses profissionais, ao participar, no dia a dia, desses empreendimentos tenderão a gerar um impacto semelhante àquele que, se espera, venha lá ocorrer. Ou seja, passariam a ter que colocar seu potencial de geração de inovações a serviço dos objetivos, interesses e valores dos empreendimentos solidários aumentando sua capacidade de desenvolver-se de forma econômica, cultural e ambientalmente sustentável. O que, é claro, demoraria um certo tempo e demandaria desses profissionais um esforço considerável, uma vez que a sua formação universitária não apenas não contempla os conhecimentos e habilidades necessários para tanto como tende a dificultar a introdução na sua “planilha de cálculo” dos conceitos, variáveis, modelos, relações, algoritmos etc., coerentes com aqueles objetivos, interesses e valores.

Esses profissionais universitários desempenhariam, em relação aos empreendimentos solidários, um papel semelhante àquele de seus colegas que estão sendo incorporados às empresas através do mecanismo antes tratado. Eles contribuiriam para gerar, pelo “lado da oferta”, as condições para produzir e distribuir bens e serviços.

Essa atividade, que ocorrerá no nível “micro”, de cada empreendimento solidário existente ou a ser criado, ao longo de um processo de identificação/seleção de oportunidades de geração de trabalho e renda, demanda uma perspectiva metodológica de tipo “macro”, do tecido produtivo (nacional, regional ou local) que depende crucialmente das incubadoras universitárias de cooperativas para sua concepção e aplicação. Essa perspectiva, apoiada nos recursos cognitivos existentes nelas e nas universidades, seria a responsável pela identificação/seleção de atividades econômico-produtivas (algo assim como o que no ambiente privado se denomina “nichos de mercado”) passíveis de serem levadas a cabo por empreendimentos solidários.

O procedimento a ser recorrentemente aplicado, além de coerente com o próprio conceito de empreendimento solidário no que se refere à propriedade coletiva dos meios de produção, práticas autogestionárias etc., teria que levar em conta os critérios-objetivo de independência das redes de economia solidária em relação ao setor formal da economia (circuito privado, mercado) com vistas ao adensamento de cadeias produtivas e seu completamento à montante e à jusante.

Esse procedimento permitira ir mais além de, tomando como dado de realidade a transformação de lixo de latas de alumínio (valor de uso caracterizado pela propriedade coletiva dos meios de produção) em valor

de troca adquirido pelo atravessador e em insumo industrial, propor o desenvolvimento de uma Tecnologia Social para produção, em empreendimentos solidários, de esquadrias para mais da metade das moradias brasileiras que são construídas pelos seus próprios moradores. Ou seja, fazer com que novas oportunidades tão importantes quanto o “fenômeno” dos catadores (ou da reciclagem) não sejam fruto de uma atitude desesperada dos excluídos, mas, sim, de um processo que desde o início, por meio de uma perspectiva metodológica de tipo “macro” como a aqui proposta, possa mobilizar os recursos cognitivos das incubadoras e das universidades e institutos de pesquisa, econômicos/políticos dos governos e de pressão social dos movimentos sociais, “engenheirar” cursos de ação com maior chance de sustentabilidade.

Seu resultado seria uma lista elaborada, até onde for possível com a participação dos movimentos sociais, que detalharia, para cada atividade, o conjunto de informações de caráter econômico e tecnológico necessárias à exploração daquelas oportunidades pelos empreendimentos solidários a serem criados ou estimulados, caso já existam, a aproveitá-las. Além de ser um insumo para a elaboração de políticas públicas e para a orientação de ONGs, empreendimentos solidários etc., ela funcionaria, no âmbito das incubadoras de cooperativas e das universidades como uma agenda de trabalho. De natureza interdisciplinar, e tendencialmente regional e local, ela serviria para orientar as atividades de docência e pesquisa nas instituições públicas de ensino.

Abordando, agora, dificuldades de natureza material (não cognitiva) que teriam que ser enfrentadas pelos empreendimentos solidários, cabe ressaltar a necessidade da elaboração de políticas públicas adstritas a outros âmbitos de atuação do Estado capazes de materializar o potencial de mudança das medidas de PCT. E que poderiam ser entendidas como complementares, dado que situados no âmbito externo à universidade, aquelas que visam ao fomento direto às incubadoras de cooperativas.

Terão que ser criados mecanismos institucionais que garantam, pelo lado da demanda, que os bens e serviços produzidos pelos empreendimentos solidários possam realizar-se no “mercado”; entendendo-se por “mercado” algo que compreenda, inclusive, a demanda exercida através do poder de compra do Estado e, também, aquela proveniente dos integrantes da própria Economia Solidária e do setor informal.

Por isso, aqueles profissionais teriam também que contribuir para a sustentabilidade dos empreendimentos solidários funcionando como um elemento de ligação (e tradução) entre o mundo dos empreendimentos solidários (e, em geral, dos movimentos sociais) e o mundo das agências

do Estado hoje dedicadas a subsidiar as empresas. Mundo com o qual eles, em função de sua formação, estão familiarizados e teria que ser reorientado, inclusive a partir da atuação destes profissionais.

Em benefício da brevidade, refiro-me aqui a apenas dois dos objetivos em torno dos quais as medidas de política que se tratou acima estariam orientadas. Medidas que supõem, para o seu cumprimento, mecanismos institucionais apropriados que deveriam ter as incubadoras de cooperativas como instância privilegiada de implementação. E que complementariam, pelo “lado da demanda”, os que seriam criados no sentido de gerar, pelo “lado da oferta”, as condições necessárias para produzir aqueles bens e serviços.

O primeiro, de natureza genérica e difusa, é a utilização do poder de compra do Estado para a aquisição de bens e serviços produzidos pelos empreendimentos solidários e sua destinação para satisfazer a demanda (a) do consumo produtivo dos empreendimentos; (b) dos trabalhadores e cidadãos integrados à Economia Solidária, estimulando esquemas de escambo que favoreçam a integração dos empreendimentos; (c) dos processos de implementação das políticas públicas que supõem, por exemplo, medicamentos, construção e manutenção de obras públicas, moradias etc., e produção de materiais respectivos, alimentos para escolas, hospitais etc., abastecimento de água e energia etc.

O segundo objetivo dessas políticas públicas, de natureza específica e focada, é o fomento ao adensamento completamente (à jusante e, principalmente, à montante) das cadeias produtivas em que atuam ou podem vir a atuar, a curto prazo, os empreendimentos solidários de maneira a torná-los cada vez menos dependentes da economia formal; seja para a colocação de seus produtos, seja para seu abastecimento com insumos produtivos. A consecução desse objetivo, complementar ao anterior, teria que contar com instrumentos de crédito específicos e preferenciais para aquisição de insumos, desenvolvimento de tecnologia etc.

Para concluir e para contextualizar (e, de certa forma, amenizar) os elementos de crítica e proposição que apresentei sobre as incubadoras de cooperativas, gostaria de reiterar sua importância para cumprir, entre outros de maior vulto, o objetivo de reformar a universidade latino-americana “começando pela extensão”, como sugeri em outro trabalho. Além das orientações relativas ao plano imediato feitas acima, há uma outra, que por ter sido tratada em outras oportunidades não foi aqui enfatizada e, por isso, deve ser lembrada. As incubadoras de cooperativas são insubstituíveis para aquilo que mais desafia os que se empenham na edificação da plataforma cognitiva de lançamento da nova sociedade: a capacidade

produzir conhecimento com os atores sociais que, dotados de valores e interesses coerentes com a proposta dos empreendimentos solidários, são os mais interessados na sua construção. O espaço de experimentação e aprendizado proporcionado pelas incubadoras de cooperativas é crucial para que a universidade aprenda a produzir um novo tipo de conhecimento; sem o qual a sobrevivência, não apenas das cooperativas e das fábricas recuperadas, mas talvez da espécie humana, estará cada vez mais ameaçada.